

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo N.º 13.161-000.204/88-18

(nms)

Sessão de 30 de abril de 1992

ACORDÃO N.º 202-04.992

Recurso n.º 83.813

Recorrente AGRO CAMBUÍ LTDA.

Recorrida DRF EM CAMPO GRANDE - MS

F I N S O C I A L - OMISSÃO DE RECEITA. Falta de contabilização de nota fiscal regularmente emitida caracteriza omissão de receita. Estoque a descoberto permite a presunção de receita não-escriturada. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AGRO CAMBUÍ LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1992

HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente

OSCAR LUIS DE MORAIS - Relator

JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 22 MAI 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS (suplente), ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo N° 13.161-000.204/88-18

Recurso N°: 83.813

Acórdão N°: 202-04.992

Recorrente: AGRO CAMBUÍ LTDA.

R E L A T Ó R I O

O presente processo já foi apreciado por esta Câmara em Sessão de 05 de junho de 1990, quando se decidiu converter o julgamento de diligência à repartição de origem para que fosse anexada aos autos cópia do acórdão proferido no processo de IRPJ.

Naquela ocasião, a repartição de origem DRF-Campo Grande-MS acostou aos autos, às fls. 47/49, cópia da decisão de primeira instância referente ao processo-matriz de IRPJ (nº 433/89) que, em virtude de erro material nela contido, foi re-ratificada de ofício em 30.08.90, ocasionando também, por consequência, a juntada aos autos, às fls. 45/46, da decisão nº 319/90, relativa ao FINSOCIAL, que, com base nos fundamentos constantes da mencionada decisão nº. 433/89, julga procedente em parte a ação fiscal para "declarar a impugnante devedora à Fazenda Nacional de NCz\$ 0,83, referente ao FINSOCIAL e NCz\$ 7,85, de multa de ofício, além da atualização monetária e juros de mora, conforme legislação pertinente".

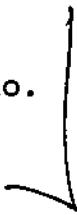
Tendo sido reaberto prazo para novo recurso voluntário, a autuada, tempestivamente, recorrera ao Conselho de Contribuintes, solicitando que seja revista o recurso interposto em 01.02.92 (fls. 26/32).

A Secretaria desta Câmara providenciou a juntada aos autos, às fls. 57/60, de cópia do Acórdão nº 102-25.990, de 24.04.91,

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
Processo nº 13.161-000.204/88-18
Acórdão nº 202-04.992

da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, que, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso.

É o relatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 13.161-000.204/88-18

Acórdão nº 202-04.992

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OSCAR LUIΣ DE MORAIS

O bem lançado voto do Ilustre Conselheiro Kazuki Shiobara, lançado nos autos do Recurso nº 96.521 (Acórdão nº 102-25.990), que adoto "in totum" como razões de decidir, justifica o provimento do presente recurso voluntário.

Nestes termos, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1992

OSCAR LUIΣ DE MORAIS